

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
24 de novembro de 2020 - Nº 720 - www.sindipetrocaxias.org.br



REGRAMENTO DA PLR: categoria aprova rejeição de contraproposta

Na última semana, os petroleiros e petroleiras das bases do Sindipetro Caxias, aprovaram por unanimidade o indicativo de rejeição à contraproposta da Petrobrás e da Transpetro de acordo coletivo para regramento da PLR. A categoria confiou no indicativo do sindicato e da federação e, apesar da participação abaixo do esperado, o comparecimento dos petroleiros e petroleiras nas assembleias têm sido importante para pressionar a empresa a avançar rumo a critérios mais justos de pagamento da PLR. Por isso o Sindipetro Caxias reforça desde já o chamado para a próxima rodada de assembleias, que por depender do avançar das negociações ainda não tem data mas deve acontecer em breve.

A FUP e os sindicatos defendem o estabelecimen-

to de um piso para a PLR, a extensão do prazo de vigência do acordo nos mesmos moldes do ACT, por dois anos (a empresa quer para apenas um ano) e o fim do privilégio dos acionistas (que receberiam mesmo sem lucro enquanto os trabalhadores continuariam vinculados ao lucro líquido).

As representações sindicais também cobram que o regramento atenda a todos os trabalhadores, independentemente da função que ocupem e da empresa em que atuem no Sistema. Além disso, os indicadores têm que refletir todas as áreas da empresa, pois os resultados são construídos coletivamente pelos petroleiros e petroleiras. Outro ponto que a FUP reforça é o de que não pode haver redução de PLR por perseguições políticas.

Petrobrás atenta contra a memória nacional ao apagar o nome de Brizola

A decisão do presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, de retirar o nome de Leonel Brizola da termelétrica de Duque de Caxias é uma agressão à memória de um dos personagens centrais da história recente do país. Sob Bolsonaro, a Petrobrás – símbolo do nacionalismo brasileiro – agride o político que, ao lado de Getúlio Vargas, representa a luta do povo brasileiro em favor de um país democrático e independente. Ao tentar apagar a história, suprimindo o nome do ex-governador de uma unidade da empresa na Baixada Fluminense, o senhor Castello Branco se revela figura menor, desprezível, um relés sabujo do presidente Bolsonaro, a quem tentar agradar atentando contra a memória do povo brasileiro. Mais do que simplesmente atingir Brizola, a decisão, de resto, agride a própria democracia.

Deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul; governador do Rio de Janeiro, político brasileiro que mais construiu escolas – apenas no Sul foram 6,2 mil – Leonel de Moura Brizola não merece o vilipêndio do burocrata. Por mais que tente, o apátrida Castello Branco não conseguirá com seu servilismo mudar a história recente da democracia brasileira, na qual Leonel Brizola tem papel relevante e decisivo. A mesquinhez da medida contribui para a avaliação da estatura moral do atual presidente da Petrobrás. A despeito da insensatez, Brizola continuará inscrito no panteão dos mais notáveis defensores da democracia brasileiro. Já Castello Branco ... será esquecido na lata de lixo da história.
Fonte: Jornal do Brasil

O Sindipetro Caxias continuará mantendo a denominação “UTE-GLB” em todas as suas publicações, ofícios e demais documentos oficiais.

Sindipetro Caxias prolonga mandato da diretoria e do conselho fiscal até 9 de abril/21

No dia 13 de novembro, os petroleiros e petroleiras filiados ao Sindipetro Caxias, de forma democrática, votaram pela prorrogação do mandato da atual diretoria e do conselho fiscal para a data histórica de 9 de abril.

Até o dia 01 de março de 2021, será realizada uma nova assembleia para reavaliar a conjuntura junto aos trabalhadores e trabalhadoras. Assista ao vídeo na íntegra clicando no botão abaixo.

[Clique aqui](#)

Sindipetro Caxias e conselheira eleita conquistam melhoria de acesso para manobras na U1210 após incêndio

O Sindipetro Caxias junto com a conselheira administrativa eleita da Petrobrás, Rosângela Buzanelli, tem travado uma luta no conselho por melhorias na segurança do trabalho de petroleiros e petroleiras de todo o Brasil. O incêndio ocorrido na U-1210 da Refinaria Duque de Caxias em junho deste ano evidenciou o descaso gerencial no controle de integridade dos equipamentos industriais e a total ignorância sobre a necessidade de melhorias, especialmente as ergonômicas, nas unidades operacionais.

As válvulas acionadas por corrente são usadas nas unidades de processo como forma de economizar no projeto que, em vez de contemplar a instalação de plataformas ergonômicas de fácil acesso para os operadores, mantém as válvulas com atuação manual em alturas inalcançáveis, tendo que prolongar o acionamento destas por meio de correntes. Isso significa que os técnicos e técnicas de operação, para abrir ou fechar válvulas de grande diâmetro, são por muitas vezes obrigados a se pendurar e virarem verdadeiros “operadores-Tarzan” para atuar nas unidades de processo da refinaria. Além da questão ergonômica, o aumento do tempo de resposta que essa situação traz em uma emergência pode significar um agravamento importante da situação. Foi o que ocorreu na unidade de destilação da REDUC no meio do ano.

Os técnicos de operação para cessar o fluxo que alimentava o incêndio precisavam fechar uma válvula de 16” com acionamento por corrente e a princípio não conseguiram por problemas no equipamento. Essa válvula situava-se a mais de 3

metros de altura e, como não havia acesso, improvisaram com uma escada que foi segurada por 2 trabalhadores que ali estavam no momento. Uma cena lamentável provocada pela má gestão da companhia lançando trabalhadores à própria sorte, tendo que improvisar ferramentas em meio à uma emergência que poderia ser fatal.

O baixo efetivo na unidade (apenas 2 na área) contribuiu com a dificuldade de combate ao fogo no sentido em que dificulta a execução das manobras necessárias à contenção da emergência, parada da unidade e combate ao fogo, e essa é uma situação comum em todos os setores da Refinaria. A reposição do efetivo via concurso público tem sido uma das nossas principais bandeiras de luta, apesar da conjuntura política desfavorável. A gestão Castello Branco alinhada à política privatista de Bolsonaro e Paulo Guedes quer precarizar cada vez mais o Sistema Petrobrás reduzindo investimentos em manutenção e melhorias com o objetivo principal de vender tudo o que for possível.

Mas essa política não é de hoje. Para nós petroleiros e petroleiras essa política nefasta leva ao aumento da quantidade e gravidade de acidentes.

Nosso compromisso é com a vida! A Petrobrás precisa recompor efetivo, contratar pessoal, aumentar o investimento em integridade de equipamentos e melhorias para que os trabalhadores e trabalhadoras possam exercer as suas atividades sem arriscar as suas vidas!

O duelo PP2 (Petros e Petrobrás) e a aposentadoria especial (INSS)

Sabemos da grande caminhada dos trabalhadores da REDUC para o alcance da Aposentadoria Especial e seu Reconhecimento de Tempo Especial junto ao INSS.

Sim, foi uma longa caminhada. Trilhamos e continuamos trilhando o caminho através de processos coletivos para evidenciar o benzeno na REDUC, ações trabalhistas de meio ambiente do trabalho apontando os agentes de exposição (tolueno, xileno, hidrocarbonetos... entre outros agentes), dos quais a assessoria jurídica do Sindipetro Caxias conquistou o reconhecimento judicial. E a pergunta que fica. E o PP2,

como fica quando tratamos de aposentadoria especial?

No PP2 há a previsão do Aporte Especial, ou seja, o trabalhador exposto a atividade especial e que conseqüentemente terá a sua aposentadoria antecipada, tem direito a recolher facultativamente o aporte especial, o que gera dois efeitos: o aporte correspondente em mesmo valor pela Petrobrás e o aumento do benefício final quando da aposentadoria.

Para elucidarmos mais um pouco, cabe evidenciar que o PP2 é um plano híbrido, que possui natureza de Contribuição Individual e também Aspectos Mutualistas, desta forma, quando da aposentadoria, o trabalhador poderá optar na época da aposentadoria se o benefício escolhido será o benefício por tempo Indeterminado (levará em

conta a contribuição individual), ou pelo benefício vitalício (que levará em conta o aspecto mutualista).

O Sindipetro Caxias vem questionando a PETROS e a Petrobrás sobre essa contribuição Especial, ou seja, se está sendo garantido esse poder de escolha ao participante do PP2, inclusive, com a contribuição da Patrocinadora (Petrobrás).

Destaca-se que a reivindicação do sindicato tem como objetivo garantir aos trabalhadores nessas condições adversas uma aposentadoria mais vantajosa no futuro.

O Jurídico do Sindipetro está à disposição para melhores esclarecimentos em seus plantões jurídicos que ocorrem terças e quartas-feira, via agendamento pelo número (21)99439-2680.